ANDRÉA ALVES DE ALMEIDA

Processualidade jurídica e legitimidade normativa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em direito, nível de Mestrado da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, para obtenção do título de Mestre em Direito.

Belo Horizonte, 2003.

RESUMO

No Estado de direito democrático, a norma somente se torna legítima quando se oferece à fiscalidade processual ampla (irrestrita). A relação normativa e factual (acervo de probabilidades) se estabelece pela circularidade norma-processualidade, e não por meio de uma circularidade fato-norma pós-positiva. A norma processual consiste no espaço-temporal discursivo isonômico de argumentação irrestrita e em contraditório da reconstrução fática e da interpretação da lei na construção das decisões estatais pelos destinatários. Por meio da norma processual, dinamiza-se o direito substancial para a produção, aplicação e fiscalização incessante da constitucionalidade. É o retorno da lei à processualidade jurídica, que garante a sua legitimidade normativa.